BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Outubro – Novembro – Dezembro – ISSN 2175-9103

Boletim Número 81
Data: Outubro – Novembro – Dezembro/2018

EDITORIAL

O Boletim Proealc nº 81 é editado logo após o pleito eleitoral que representou uma guinada à extrema-direita no Brasil. A ultradireita que ascende nas eleições de 2018 no Brasil e que vem ganhando adeptos no mundo todo, indica a existência de um consenso que viabilizou a nova hegemonia, manufaturado a partir de alguns pilares. Oferecemos a seguir ao público leitor notícias selecionadas do último trimestre de 2018 que nos permitem observar bases concretas do neoconservadorismo e de sua construção discursiva. Iniciamos com a indicação do que representa as eleições polarizadas de 2018 para a América Latina. Em seguida, observaremos o peso do movimento evangélico no processo eleitoral, em notícia que recupera a fala de alguns de seus representantes sobre os candidatos à presidência e os motivos de seu apoio ou rejeição aos mesmos. Apresentamos ainda análises sobre as reformas da previdência e trabalhista, cujo aprofundamento foi proposto pelo então candidato – agora presidente da república – Jair Bolsonaro, e sobre a força que os militares obtiveram no pleito eleitoral, no qual candidatos ligados à carreira militar foram eleitos em quantidade recorde desde a redemocratização. Por fim, enfatizamos a necessidade de combate à desinformação na era das *fake news*, das *social media* e dos aplicativos de troca instantânea de mensagens, determinantes para o resultado das últimas eleições.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Larissa Costa Murad
Bolsista PNPD/ CAPES
Pesquisadora do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Eleições 2018: por que especialistas veem 'onda conservadora' na América Latina após disputa no Brasil

Por Fernanda Odilla
24/10/2018

A disputa entre forças políticas não é exatamente uma novidade na América Latina que, depois de uma onda de governos de esquerda, deu uma guinada mais à direita em países como Argentina, Colômbia, Paraguai e Peru. Mas a eleição no Brasil pode trazer um elemento novo à região: o fortalecimento de uma direita conservadora.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil acreditam que a disputa presidencial brasileira, marcada pela polarização mais aguda e agressiva dos últimos 30 anos - que neste segundo turno contrapõe o petista **Fernando Haddad** ao militar reformado **Jair Bolsonaro** (PSL) -, pode ter um efeito cascata em

diferentes países da região, em especial na América do Sul, dada a importância e influência do país junto aos vizinhos.

Além de aprofundar a divisão entre direita e esquerda, a expectativa é que estimule o aparecimento e a consolidação de grupos que defendem valores mais conservadores - especialmente caso a vitória de Bolsonaro apontada pelas pesquisas se confirme neste domingo -, além de abrir espaço para violência política, avaliam.

"A polarização é a mais alta desde a transição democrática e, dado o tamanho do Brasil e seu impacto na região, o efeito desta eleição é crucial em termos de legitimar a polarização que o resto da região também está experimentando cada vez mais", afirma Maria Victoria Morillo, professora de ciência política e assuntos internacionais na Universidade de Columbia, em Nova York (EUA).

Direita e esquerda na América Latina

Há cinco anos a esquerda vem perdendo força em eleições na região.

Em 2013, o Chile, sob o comando de Sebastián Piñera, era o único mais à direita dos 12 países da América do Sul. Em 2018, por sua vez, além do próprio Chile, Argentina, Peru, Colômbia e Paraguai são governados por presidentes classificados como de direita, que ajudaram a mudar a cor do mapa político da região.
Neste ano, Piñera voltou a assumir a Presidência. A Colômbia viu Iván Duque assumir, desbancando Gustavo Petro, afilhado político do ex-presidente e prêmio Nobel da Paz Juan Manuel Santos.
Em agosto, Mario Abdo Benítez, filho do secretário pessoal de Alfredo Stroessner, que comandou o governo militar paraguaio, tomou posse no Paraguai.
No Peru, Ollanta Humala foi substituído inicialmente pelo economista liberal Pedro Pablo Kuczynski, que renunciou. Desde março, o país hoje é presidido por Martin Vizcarra, de direita.
A Argentina, antes comanda pelos Kirchner, viu o empresário Maurício Macri assumir o poder em dezembro de 2015.

E, no Equador, Lenín Moreno rompeu com o ex-presidente Rafael Correa, de quem foi vice e contou com o apoio na eleição, e passou a contar com apoio de partidos de direita.
O México, por sua vez, aparece como exceção na América Latina. Em julho, Andrés Manuel López Obrador foi eleito presidente da segunda maior economia da região. É a primeira vez que um líder social e declaradamente de esquerda foi eleito presidente do país.
E a esquerda continua no comando da Venezuela, Bolívia e Nicarágua.

Fator Brasil

Em nenhum desses países, contudo, foi observado o mesmo nível de polarização do Brasil – no Peru e no Paraguai, por exemplo, a disputa se deu entre dois candidatos de direita.
Aqui, ainda, as propostas de Bolsonaro se apresentam como mais conservadoras que a das demais campanhas e já encontram ressonância e apoio de uma parcela significativa do eleitorado, acrescentam os especialistas.
Por isso, o Brasil poderia servir de inspiração para o avanço do conservadorismo social e moral, com o fortalecimento de uma agenda contra, por exemplo, o aborto, legalização de drogas, união homoafetiva e imigração, além do apoio ao poder letal da polícia.
"Temos a demonstração de que o discurso da extrema-direita pode ganhar eleições presidenciais e se tornar mais '*mainstream*', como nos EUA e em outros países europeus. Vai encorajar outros grupos de extrema-direita na região", diz a professora Maria Victoria Morillo.
Anthony Pereira, diretor do Brazil Institute, da Universidade King's College London, na Inglaterra, diz que o tamanho e diversidade do Brasil fazem do país um laboratório perfeito para testar a força de certas ideias e propostas. Se elas ganham fôlego no Brasil, tendem a vingar no resto da região.
Além disso, o professor explica que quem ocupa a principal cadeira do Palácio do Planalto abre espaço para possíveis novos acordos e parcerias com outros governos com posições ideológicas parecidas, o que acaba ajudando certas forças políticas na região.
A vitória de Lula em 2003, por exemplo, deu fôlego às candidaturas de Evo Morales, eleito presidente da Bolívia em 2005, e do equatoriano Rafael Correa, que venceu a disputa em 2006, e de Cristina Kirchner na Argentina em 2007.

Apesar de o país estar com a imagem e a credibilidade arranhadas internacionalmente com os escândalos de corrupção em série, a turbulência econômica e uma política externa mais acanhada, o Brasil continua sendo um importante e influente ator para a região, lembram os especialistas.
"O Brasil é metade da América do Sul em termos de população, PIB e território. A tendência é de candidatos imitarem o estilo Bolsonaro em alguns aspectos do discurso que têm ressonância junto a uma parcela significativa do eleitorado brasileiro", observa Anthony Pereira.
Por isso, segundo o professor, a eleição do Brasil pode ser o pontapé de uma nova aliança de direita na região.
"Bolsonaro (caso confirme as pesquisas e vença no domingo) pode entrar em contato com presidente do Chile e da Colômbia para tentar fortalecer a direita e formar uma nova direita, mais ideológica", observa o professor, salientando que seria um passo ousado.
"Essa nova direita seria diferente da direita tradicional do Brasil, que era mais fisiológica", observa o diretor do Brazil Institute.

A professora Tulia Falleti, diretora do programa de estudos sobre América Latina da Universidade da Pensilvânia, também destaca o poder de influência do Brasil na região e observa que a candidatura de Bolsonaro elevou a carga de intolerância entre os eleitores – parte teria passado a adotar um discurso que muitos classificam de misógino, homofóbico e preconceituoso.
Mas, ao contrário dos outros dois especialistas, a professora acha que esse tom mais agressivo é muito peculiar do Brasil e diz não conseguir imaginar o surgimento de uma figura "messiânica" como Bolsonaro em outro país da América Latina.
"Para mim, (o fortalecimento da direita) é uma reação a mudanças sociais que não aconteceram em outros países da América Latina na mesma extensão", diz Falleti, ponderando que grupos extremistas tendem ganhar força em países onde há problemas muito profundos na área de segurança.
"Esses grupos (mais radicais e violentos) são mais prováveis de surgir em países como Nicarágua e Venezuela, que já vivem uma degradação da segurança mais aguda", completa.

Direita com ligações religiosas

Em muitos países latino-americanos, a chamada "ultra" direita tem surgido com uma ligação forte com grupos religiosos e sempre em defesa da chamada "família tradicional".
São formados, normalmente, por segmentos da população que se sentem "esquecidos" ou não contemplados pelas políticas públicas implementadas nos últimos anos, e que dizem sofrer com um queda relativa na qualidade de vida e da segurança.
Enquanto nos EUA e Europa esses grupos mais radicais são motivados por temas como imigração e terrorismo, na América Latina essa direita ganha fôlego com a desaceleração do ciclo econômico, o fim do boom das commodities de exportação - que deixou os governos com menos dinheiro - e escândalos de corrupção em série, em especial os ligados à operação Lava Jato, que atingiram políticos não só no Brasil, mas em diferentes países da região.
O Juntos por México, por exemplo, é uma frente formada por mais de 80 associações conservadoras católicas que se opõem à união homoafetiva, o aborto, a eutanásia e a legalização da maconha. Segundo o jornal espanhol El País, junto com grupos chamados Red Familia, Con Familia e a União Nacional de Pais de Família, o Juntos por México ganham força em especial ao influenciar a tramitação de pautas mais progressistas no Congresso mexicano.
No Chile, o Movimento Social Patriota surgiu no ano passado e se coloca como uma terceira via, nem de esquerda nem de direita. Defende a proteção dos recursos naturais e da família formada por um pai e uma mãe orientada para a procriação. Muitos veem algumas das ideias defendidas pelo movimento como xenófobas, racistas, misóginas e homofóbicas.
No Twitter, eles ressaltam que vão continuar defendendo as pautas que consideram importantes. "Continuaremos a mostrar nosso descontentamento contra esse progressismo globalista e ninguém nos deterá."

Impacto das eleições na Venezuela e na Argentina

Ainda que a disputa entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro repita uma tendência de polarização entre direita e esquerda já observada na América Latina e em outros países do mundo, ela pode fazer aprofundar essa migração de eleitores do centro para os extremos.
"Os eleitores estão divididos em todo lugar, mas no Brasil a retórica foi muito além à direita do que em qualquer outro lugar", observa, citando os embates recentes na Colômbia e no México.

Segundo a professora, é preciso observar outros tipos de impactos para além do fortalecimento da direita.
Ela diz que é muito difícil para qualquer líder atualmente apoiar o governo do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Mas, segundo ela, a depender de quem vença a eleição em 28 de outubro, a reação à imigração venezuelana pode ser completamente diferente, e até agravar a crise humanitária na região.
Já em relação à Argentina, o resultado do pleito deve provocar mais mudanças na economia do que na política argentina, dada a dependência que o país vizinho tem do Brasil.
"O eleitorado argentino até agora tem sido menos direitista que o eleitorado brasileiro em termos de preferências para as eleições, segundo pesquisas", diz Maria Victoria Morillo, da Universidade de Columbia.
A professora ressalta, no entanto, que uma eventual vitória de Fernando Haddad seria interpretada pelos seguidores de Kirchner como um retorno de uma onda mais à esquerda.
Morillo lembra ainda que o ministro das Relações Exteriores da Argentina qualificou Bolsonaro como um político de centro-direita. Tal postura de não enquadrar o candidato do PSL num extremo já é vista como um sinal para manter uma boa relação, uma vez que a Argentina enfrenta uma profunda crise econômica e tem o Brasil como um dos principais parceiros comerciais.
"A Argentina é altamente dependente do Brasil para comércio. Com Haddad é fácil antecipar que as coisas não vão mudar muito para a Argentina em termos de relações econômicas. Mas, com Bolsonaro alcançando o poder, como ele tem uma postura mais nacionalista, pode ser muito ruim para a Argentina", complementa Tulia Falleti.

Link: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45757856

Em Foco II

Eleições 2018: os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro

Por: Leandro machado e Luiza Franco
23/10/2018

No palco de uma unidade da igreja evangélica Sara Nossa Terra, a empresária Sarah Alarcon lamenta para os fiéis que acompanhavam o culto: "Estamos num momento em que o povo de Deus está brigando por política. Nós temos que orar, que pedir para Deus fazer o melhor cenário e colocar as melhores pessoas. Xingar não vai mudar a realidade. Se orássemos mais teríamos um país muito mais unido. A falta de oração está fazendo nós perecermos".

Minutos antes, na porta do templo, a empresária, e eleitora de Jair Bolsonaro, dizia-se farta de testemunhar brigas de evangélicos. "As pessoas têm que parar de se meter na escolha dos outros e orar mais", dizia.
Segundo pesquisa Datafolha de quinta-feira, 71% dos evangélicos do país declaram voto em Jair Bolsonaro no segundo turno. Ele vence com folga em todos os subgrupos - evangélicos tradicionais, pentecostais, neopentecostais e outros setores. Outros 29% dos evangélicos escolhem Haddad.

Em nível nacional, Bolsonaro lidera os levantamentos de intenção de voto com 59%, ante 41% de Haddad.
Nos últimos dias, a BBC News Brasil conversou com evangélicos de diversas igrejas para entender o papel da religião na opção de voto em cada um dos candidatos.

Entre os apoiadores ouvidos pela reportagem, muitos associam o candidato do PSL à perspectiva de "resposta" a algumas mudanças de comportamento ocorridas nos últimos anos, como o crescimento do movimento LGBT, feminismo, discussões de identidade de gênero e novos formatos familiares, como os homoafetivos.

Outro argumento recorrente é o de que Bolsonaro seria um exemplo de político "ficha limpa", sem envolvimento em casos de corrupção, em contraponto ao partido de Lula.

Já os evangélicos contrários ao deputado argumentam que sua plataforma política e seus discursos estão em desacordo com valores cristãos importantes, como amor ao próximo, a pregação da paz e a igualdade entre os seres humanos. Eles alegam que o voto evangélico em Bolsonaro, político que já defendeu a tortura contra opositores, desrespeita a trajetória do principal símbolo do cristianismo, Jesus Cristo.

Mesmo diante desta divisão, pastores ouvidos pela BBC News Brasil dizem que não costumam acontecer brigas nas igrejas. Eventuais discordâncias e debates só ocorrem em redes sociais, como WhatsApp. Um deles conta que, na sua igreja, onde eleitores de Bolsonaro são maioria, aqueles que não votam no capitão reformado costumam ficar em silêncio devido à pressão do grupo oposto.

O que dizem os evangélicos a favor de Bolsonaro?

A campanha e apoiadores de Bolsonaro conseguiram colar no candidato do PT a imagem de um governo que iria ensinar sexo na escola e estimular homossexualidade, o que nunca foi cogitado por Haddad. Para isso, informações falsas sobre o petista foram disseminadas, como o fato de ele ser ministro da Educação quando o governo propôs distribuir a professores um material contra homofobia apelidado por opositores de "kit gay" - no entanto, a cartilha nunca chegou a ser enviada aos profissionais ou escolas.

Na semana passada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu Bolsonaro de divulgar vídeos associando Haddad ao "kit gay".

Esse boato foi citado por todos os evangélicos com quem a BBC News Brasil conversou.

A empresária Sarah, da igreja Sara Nossa terra, explica seu voto com três fatores: questões comportamentais, a recente crise econômica e um desejo de "ordem" social. "Para decidir meu voto, entrei em oração e escutei a Deus. Fiquei pensando no país que quero para o meu filho de nove anos. Não quero que ele aprenda sobre sexo na escola", diz ela.

Sobre declarações agressivas de Bolsonaro, que já se disse a favor da tortura e "homofóbico com muito orgulho", a empresária justifica: "A gente está elegendo um presidente. Não vou dormir com ele."
Na mesma igreja, a universitária Vitória dos Santos, de 19 anos, tem críticas a declarações belicosas e preconceituosas do candidato, mas não pretende mudar sua escolha. "Tenho amigos gays e vejo o desespero deles, mas o PT não dá", diz ela, que decidiu seu voto conversando com amigos da igreja e pastores. "Aqui, na Igreja, a gente tem um trabalho de valorização da família", afirma.

Do outro lado da cidade, em Itaquera (zona leste paulistana), o comerciante Agnaldo Floriz, de 40 anos, fiel da pequena igreja Palavra da Vida Eterna, cita outro argumento que pesou: uma notícia falsa que recebeu pelo WhatsApp, mas que acreditou ser verdadeira. "Você sabe que o Haddad prometeu distribuir mamadeira em formato de pênis para as crianças?".

Ao lado, o vendedor Renato Rodrigues, de 38 aanos, defende sua opção de voto: "Bolsonaro tem padrão cristão, de respeito à família. Ele não quer induzir o homem a ser mulher. Vou seguir meus líderes, (o pastor Silas) Malafaia e (o deputado federal) Marco Feliciano."

Os líderes evangélicos que apoiam Bolsonaro

O sucesso do candidato do PSL também se explica pelo apoio de líderes de grandes igrejas, como o bispo Edir Macedo, da Universal do Reino de Deus, e o pastor Silas Malafaia, da Vitória em Cristo. Para pedir votos ao deputado, eles também citaram o chamado "kit gay".

Os professores estão instruindo (os alunos): 'olha, você tem direito de escolher ser menina se você é menino. Ou você, menina, pode escolher ser menino'. É isso que estamos vendo nas escolas", disse Edir Macedo.
Malafaia falou de corrupção, mas também repetiu o discurso conservador em defesa da família tradicional, formada por homem, mulher e filhos. "Esse cara (Bolsonaro) tem gana de melhorar o Brasil, temos que dar um basta a essa gente que roubou durante 13 anos. Bolsonaro é a favor dos valores de família, é contra essa bandidagem de erotizar criança em escola, que toda a esquerda quer."

À medida que a proporção de evangélicos no país foi aumentando, também cresceu sua representação política. De acordo com dados do Datafolha, três em cada dez (29%) brasileiros com 16 anos ou mais atualmente são evangélicos. Em 2017, a Frente Parlamentar Evangélica tinha 178 integrantes, de um total de 510 deputados na Câmara.

Nos últimos dias, o grupo fez uma carta declarando apoio a Bolsonaro. "A pauta do candidato coincide com a visão desta frente pró-vida. Por esta razão, e por entender que um governante de esquerda limitaria o direito de crença e liberdade religiosa, nos pronunciamos novamente em prol da candidatura de Bolsonaro. Mais que uma questão natural, é uma questão espiritual. A defesa dos valores cristãos, da vida e da família está acima de tudo!", diz o texto.

Em Pinheiros, o pastor batista Celso Eranides conta que votou em Ciro Gomes (PDT) no primeiro turno, mas está inclinado a Bolsonaro no segundo. Ex-aluno de letras da USP, afirma que seu círculo social é composto pelos dois lados do polo político: tem amigos acadêmicos petistas e evangélicos bolsonaristas.
"O que faço? O discurso de Bolsonaro é impositivo, mas o outro lado também é. A ideologia de gênero veio com muita força", diz à BBC News Brasil. "Essa turma da esquerda não defende a gente, da família tradicional. Não quero que meu filho de nove anos aprenda sobre sexo na escola."
O pastor conta ser a favor do casamento gay civil, mas tem receio de ser obrigado a realizar cerimônias religiosas desse tipo, por uma "questão espiritual". Não há no programa de governo petista qualquer menção sobre obrigar igrejas a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.
"Fico conjecturando… O que é democracia para mim? É alternância de poder. As pessoas falam essa idiotice (de que Bolsonaro representa a tortura), mas o país é outro hoje. Quero acreditar que as instituições funcionam. Não existe mais isso. Odeio militar, acho o discurso deles (esquerda) é idiota. Além disso, Bolsonaro será eleito democraticamente, da mesma forma que um torneiro mecânico foi eleito (Lula). E acho que Bolsonaro não fica mais de quatro anos."

Bolsonaro e os valores cristãos

Para o segmento minoritário contra Jair Bolsonaro, o principal argumento é o de que a postura do candidato é oposta ao que a Bíblia prega.

O escritor Miguel Del Castillo, que frequenta a igreja Comunidade de Jesus, diz que muitos evangélicos têm "fechado os olhos para o discurso de violência de Bolsonaro". Para ele, a retórica replicada pelo candidato sobre "pessoas de bem" não bate com os valores cristãos.

"Partimos do pressuposto de que nenhum ser humano é intrinsecamente bom. É a doutrina do pecado universal, para o qual Jesus se apresenta como redenção. Se todos são pecadores, esse discurso de que há 'pessoas de bem' é contraditório. Jesus falava em amar inclusive os inimigos."
Já o pastor Levi Araújo, da Igreja Batista da Água Branca, em São Paulo, afirma que o candidato do PSL "alimenta e fortalece um grupo neofascista que é um perigo para o Brasil".
Em sua opinião, o voto evangélico em Bolsonaro contraria preceitos cristãos. "Jesus Cristo de Nazaré foi torturado. Como um cristão vota em um candidato que já disse ser a favor da tortura e da ditadura?", diz.
"Bolsonaro é machista e misógino, e Jesus foi o primeiro líder religioso a reconhecer e valorizar o papel das mulheres. Bolsonaro é xenófobo; Jesus foi imigrante", afirma.

Bolsonaro já fez reiteradas declarações em defesa da tortura e da ditadura, mas nega ser machista e xenófobo.

Já o antropólogo Flávio Conrado, evangélico que se identifica com o campo político da esquerda, resume seus motivos para não votar em Bolsonaro: "Por causa do extremismo das posições que ele expressa em relação aos direitos humanos".
Na visão dele, a polarização também está presente nas igrejas. "O risco para os evangélicos é que sejamos cada vez mais taxados como intolerantes, o que não somos."

Em setembro, um grupo de teólogos e reverendos presbiterianos, batistas e de outras denominações publicou a Carta Pastoral à Nação, em que pedem para a população escolher candidatos "pelo alinhamento deles com os valores do Reino de Deus, evidenciados na defesa dos mais pobres e dos menos favorecidos".
Diz ainda, entre outras coisas, que "o nome de Deus não pode ser usado em vão, ainda mais para fins políticos".

Teólogo e fundador da ONG Rio de Paz, Antonio Carlos Costa também tem exposto suas críticas ao capitão reformado nas redes sociais.

Diz ser crítico ao PT há anos e não declara explicitamente voto em Haddad. Nestas eleições, no entanto, decidiu mudar seu comportamento porque, na opinião dele, Bolsonaro usa a fé cristã "para defender ideias radicalmente anticristãs" e que ele teve "posições antidemocráticas ao longo de sua vida."
"A minha questão é teológica", diz ele, num vídeo. "Como instituição, a igreja deve respeitar a diversidade de opinião de seus membros (...) Estamos criando barreiras intransponíveis para milhões de pessoas que deveriam ser objeto da nossa preocupação."

Qual é a influência dos líderes das igrejas no voto dos evangélicos?

Para o cientista político Claudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas, a transferência dos votos dos fiéis para um candidato apoiado pelos líderes não é automática. "Esse eleitorado não segue bovinamente a determinação do seu líder religioso", diz.

Já Amy Erica Smith, professora de ciência política da Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, diz que os evangélicos criticam líderes que se posicionam politicamente.
"Isso muda um pouco quando o entrevistado fala do seu pastor especificamente. Há uma tendência a perdoar mais nos casos concretos", diz ela, que há anos estuda a intersecção entre religião e política no Brasil.
Dados de sua pesquisa com evangélicos nas eleições de 2014 apontam que o apoio de líderes não importou para a decisão da maioria dos ouvidos. "A transferência não é automática."

Ela diz que, quanto mais conservadora a igreja, mais coeso tende a ser o perfil de voto das pessoas que a frequentam.
No caso de 2018, quanto mais a pessoa frequenta sua igreja, maior a chance de ela declarar voto em Bolsonaro, e não em Haddad. "É forte a correlação entre preocupação com questões sexuais e de gênero com o apoio a Bolsonaro, e não a Haddad", diz.
No entanto, isso não acontece porque o pastor orienta as escolhas dos fiéis, mas porque eles, em geral, convivem muito e têm valores e formas de pensar parecidas. "A orientação do pastor faz parte, mas não é o fator mais importante."

Neste ano, Smith conduziu uma pesquisa online com religiosos. Concluiu que, entre aqueles que frequentam igrejas, 29% dos católicos, 38% de evangélicos não pentecostais e 46% de pentecostais sabiam que seus líderes apoiavam algum candidato. Quase todos disseram que esse candidato era Jair Bolsonaro.
"Isso indica que há muito ativismo dentro das igrejas dos apoiadores de Bolsonaro", diz.
Na avaliação dela, a maior parte dos evangélicos gostaria, em tese, de votar em um cristão, mas considerações ideológicas podem pesar mais, como parece ocorrer neste ano - apesar de ter sido batizado por um pastor em Israel, Bolsonaro se declara, oficialmente, católico.

Link: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796

Em Foco III

No Chile, Piñera tenta reformar sistema previdenciário que o Brasil quer imitar

Modelo de capitalização individual, em vigor desde 1981, foi pioneiro no mundo

Por Rocío Montes
08/11/2018

O Governo conservador de Sebastián Piñera apresentou nesta semana no Parlamento um projeto de reforma do sistema de pensões que procura resolver um problema sobre o qual existe um consenso transversal: as pensões são muito baixas em relação ao nível de vida dos cidadãos em sua vida ativa. A proposta não é uma contrarreforma do sistema de capitalização individual, que foi implantado no **Chile** em 1981, quando foi

pioneiro em nível mundial, e pode ser imitado por países como o Brasil. Trata-se, acima de tudo, de uma correção que, de acordo com a oposição de esquerda e centro-esquerda, é muito discreta e exigiria uma transformação maior. A iniciativa cogita, entre outros aspectos, aumentar a alíquota obrigatória de contribuição em 4 pontos percentuais, de 10% para 14%. Mas como é uma questão complexa em que diferentes visões de país estão em jogo, a discussão no Congresso provavelmente será longa. Segundo os cálculos do Executivo, o debate se prolongaria durante todo o ano de 2019 ao menos, fazendo com que o novo sistema entre gradualmente em vigor a partir de 2020.

“O que se propõe é um ajuste técnico”, explica o economista Hernán Cheyre, diretor do Instituto de Empreendedorismo da Faculdade de Economia e Negócios da Universidad del Desarrollo. “O projeto do Governo insiste que o caminho eficiente par construir pensões é a capitalização da poupança e, de fato, a amplia de 10% para 14%. Esses quatro pontos adicionais continuariam indo para contas individuais que são capitalizadas. Não entrariam em um sistema de distribuição”.

O autor do sistema em vigor, implantado há quase 40 anos, na ditadura, é o irmão do atual presidente chileno, o economista José Piñera, que foi Ministro do Trabalho e Previdência Social de Pinochet. Não foi um Chicago boy – os economistas chilenos formados na Universidade de Chicago, que impulsionaram o programa econômico ultraliberal durante o regime –, “mas encaixou com a ideologia”, explica a jornalista Carola Fuentes, diretora do filme *Chicago Boys*, de 2015.

Existe certo grau de consenso de que o sistema de distribuição que existia até 1981 prometia um desfinanciamento estrutural. “Estava em crise muito antes. Em 1958, um famoso economista socialista, Aníbal Pinto, escreveu sobre a fantástica ilusão que era o sistema de pensões chileno, que tinha se transformado em um monstro de mil cabeças e não tinha nenhuma relação com a realidade da economia chilena”, diz Guillermo Larraín, economista da Universidad de Chile. Para Cheyre, a de 1981 foi uma reforma de vanguarda:

“Mecanismos de poupança para as pensões existiam há muito tempo no mundo, mas como complemento aos sistemas tradicionais. O inédito foi conceber o sistema nacional de pensões baseado na poupança e na capitalização individual dos fundos”. Explica a base do modelo: “Cada pessoa faz um esforço de poupança individual, é dona dos recursos e uma vez terminada a sua vida ativa recebe uma pensão de acordo com o dinheiro que conseguiu acumular”.

Empresas particulares, as gestoras de fundos de pensão (AFPs) são as que administram esta poupança, investindo-a na bolsa de valores e outros instrumentos financeiros. Os filiados podem escolher a instituição e o fundo onde aplicarão o dinheiro, que diferem em relação ao risco. Larraín disse que “todo o risco financeiro é gerido pelas AFPs, mas é sofrido – tanto para cima quanto para baixo – , pela pessoa. Todo o risco que antes era do Estado foi transferido para as pessoas”.

Não há consenso sobre o seu funcionamento. Cheyre, por exemplo, observa que “o sistema de AFPs tem funcionado muito bem”. “Não se perdeu nenhum peso de nenhum trabalhador e a rentabilidade tem sido inclusive superior àquela imaginada no momento do desenho do projeto. Os preços cobrados dos filiados pelo serviço estão na média do que é cobrado nos países da OCDE”. Existem, no entanto, pontos de vista críticos. A coordenação No + AFP, composta por várias entidades da sociedade civil, conseguiu reunir centenas de milhares de pessoas nas ruas do país para exigir que as autoridades se comprometessem a mudar o sistema que – segundo dizem – é deficiente para a imensa maioria dos cidadãos. Em julho de 2016, somente em Santiago cerca de cem mil pessoas se manifestaram para exigir um novo mecanismo. Foi uma questão central na campanha presidencial do ano passado, que a direita ganhou com folga.

“Você sabia que até setembro de 2018, as AFPs acumulam ganhos diários de 864.602.359 pesos chilenos [cerca de 4,77 milhões de reais]? Esses ganhos são compostos principalmente pela comissão obrigatória paga pelos cotistas. O sistema proporciona grandes lucros aos proprietários e às empresas em que investe”, observou há poucos dias pelo Twitter a Fundação Sol, que estuda o mundo do trabalho no Chile, com uma abordagem crítica de desenvolvimento. “Metade das pessoas que contribuíram entre 30 a 35 anos e receberam sua primeira pensão em setembro de 2018, não conseguiram autofinanciar um montante superior a 255.000 pesos chilenos [cerca de 1.406 reais]”.

O nível das pensões não apenas é inferior às expectativas das pessoas, mas é inferior ao que pensavam aqueles que projetaram o modelo. “Fim do drama dos aposentados!”, exclamou o ministro José Piñera no início dos anos oitenta. Para as baixas pensões influenciou o aumento da expectativa de vida: os recursos

acumulados devem ser distribuídos durante um período mais longo. Um segundo elemento é a densidade das contribuições: os cidadãos não poupam ininterruptamente durante 30 ou 35 anos, como se previa. “Entre os homens, 20% contribuiu entre 0% e 20% de todo o período em que trabalhou. No caso das mulheres é pior: 35% delas contribuiu entre 0% e 20% de todo o período em que trabalhou”, diz Cheyre.

Larraín diz que “os sistemas no mundo não estão avançando rumo à capitalização, mas incorporando componentes de poupança individual em sistemas que são de distribuição”. Em relação ao debate no Chile, não está totalmente otimista: “Tem gente que defende o sistema AFPs por razões ideológicas e outros que o atacam por razões ideológicas”. “Será difícil encontrar uma solução”, diz o economista.

INCENTIVOS PARA ESTENDER A VIDA PROFISSIONAL

O projeto de reforma previdenciária apresentado pelo Governo de Piñera considera aumentar o índice de contribuição dos trabalhadores de 10% para 14%. Esses quatro pontos percentuais a mais correriam a cargo dos empregadores, seriam implementados gradualmente ao longo de oito anos – para evitar efeitos na geração de empregos – e seriam destinados a conta individuais.

Adicionalmente, recursos fiscais seriam usados para fortalecer o Pilar Solidário, mecanismo de financiamento de pensões para pessoas em situação vulnerável, e seriam criados benefícios especiais para as mulheres e para quem optar por prolongar voluntariamente sua vida profissional além da idade mínima de aposentadoria, que hoje é de 60 anos para as trabalhadoras e 65 para os trabalhadores.

Mesmo que os quatro pontos percentuais a mais sejam administrados por novos atores, e não necessariamente pelas mesmas administradoras de fundos de pensões (AFPs), o principal argumento da oposição é que essa reforma mantém intacto o sistema vigente. Como reconheceu o Governo, as pensões no Chile são baixas, e sua alteração foi posta na pauta pelo movimento popular No + AFP, que exige a substituição do modelo atual por um sistema de partilha, considerado pelos especialistas como inviável num país que envelhece.

Link: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/08/internacional/1541674805_852958.html

Em Foco IV

Qual o saldo da reforma trabalhista e o que esperar com Bolsonaro?

Por Carta Capital
12/11/2018

Em vigor desde 11 de novembro de 2017, a reforma trabalhista acaba de completar um ano de vigência. O resultado das mais de 100 alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até o momento é a estagnação do emprego formal, uma tímida criação de empregos – via informalidade – e uma queda no volume de ações trabalhistas.

Embora a retirada de direitos não tenha representado aquecimento do mercado do trabalho, a equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro promete aprofundar ainda mais a retirada de garantias, com o fim do Ministério do Trabalho e a criação da carteira de trabalho “verde e amarela”.

Entenda abaixo os impactos acumulados da reforma trabalhista no emprego e na Justiça e o que esperar do futuro governo Bolsonaro na área.

Quantas vagas foram criadas pela reforma?

Entre novembro de 2017 e setembro deste ano, foram criadas 372,7 mil vagas formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ronaldo Nogueira, então ministro do Trabalho, projetava a criação de 2 milhões nos dois primeiros anos.

Segundo o IBGE, o índice de desemprego está estável – era 12% em novembro de 2017 e foi de 11,9% em setembro, último dado disponível. São 12,7 milhões de brasileiros em busca de ocupação. Se o dado permanece estável, porém, não é por conta da criação de vagas de qualidade.

De acordo com o IBGE, o emprego com carteira permanece estável, o informal cresce e há ainda um desalento recorde. O número de desalentados – aqueles trabalhadores que desistiram de buscar uma ocupação – segue chamando a atenção e se mantém no recorde de 4,8 milhões, alta de 13,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Quantas vagas de trabalho intermitente e parcial foram criadas?

Novas modalidades criadas pela reforma trabalhista tiveram impacto significativo na criação de vagas, apesar do saldo baixo medido entre novembro do ano passado e setembro desde ano.

Segundo o Caged, o saldo de vagas criadas na modalidade trabalho intermitente, quando o trabalhador recebe apenas pelas horas efetivamente trabalhadas, pelo período trabalhado, foi de 35,9 mil. Já o saldo relacionado ao trabalho em regime de tempo parcial, quando um trabalhador cumpre no máximo 30 horas de trabalho semanal, foi de 18,7 mil vagas.

Somados, ambos representam 14% das contratações feitas no período. Em janeiro de 2018, as duas modalidades correspondia a 5% das vagas criadas, o que mostra um crescimento da adesão de empresários e trabalhadores a esse tipo de contrato.

O que ocorreu com os processos na Justiça Trabalhista?

De dezembro de 2017, primeiro mês após as mudanças na CLT, até setembro deste ano, o volume de reclamações trabalhistas caiu 38%. Os tribunais receberam 1,4 milhão de novos casos, contra 2,2 milhões no mesmo período do ano anterior.

Embora o número de novos casos esteja em queda, os pedidos de produção antecipada de provas aumentaram 1.550% em nove meses e a homologação de acordos extrajudiciais cresceu 2.440%, revelam estatísticas compiladas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o que é revela uma maior dificuldade do trabalhador em acessar a Justiça.

“Imagine a situação de um trabalhador que reivindica o pagamento de horas extras, mas não tem acesso ao cartão de ponto. Antes, ele poderia ingressar com a reclamação, apresentando apenas uma estimativa. A reforma passou a exigir que peça o valor exato pretendido, então ele precisa pedir a produção antecipada de prova para obrigar a empresa a fornecer os dados”, explica Guilherme Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

“O vertiginoso crescimento dos acordos extra-judiciais também preocupa, pois a prática revela que boa parte deles não são razoáveis, ocultam renúncias de direitos ou induzem o trabalhador a erro. Parece que esses acordos estão sendo homologados sem muito critério”.

O que o STF ainda precisa decidir?

O debate sobre a gratuidade ou não do acesso à Justiça do Trabalho ainda não foi analisada pelo STF, que debruçou-se apenas sobre o fim do imposto sindical obrigatório. A maioria da Corte considerou constitucional a extinção da contribuição.

Em maio de 2018, Luiz Fux pediu vista no julgamento sobre acesso gratuito à Justiça do Trabalho e não há prazo para o tema ser retomado. Até o momento, Luís Roberto Barroso considerou justo limitar o acesso, mas Edosn Fachin defendeu a completa inconstitucionalidade da medida.

A Corte ainda não analisou a constitucionalidade de outros temas, como a definição do valor pedido no processo, a correção das ações trabalhistas pelo índice da poupança em vez da inflação, o contrato intermitente e i trabalho de gestante e lactante em ambiente insalubre.

O que o governo Bolsonaro defende para a área?

O futuro governo de Jair Bolsonaro sinaliza sempre que possível estar mais alinhado às demandas dos empresários. Em diversas entrevistas, o presidente eleito já sugeriu que a garantia de direitos impede a criação de empregos no País.

Uma das obsessões do presidente eleito é extinguir o Ministério do Trabalho e incorporá-lo a outra pasta. Há a possibilidade de a poderosa Secretaria de Polícias Públicas de Emprego ser absorvida pelo “superministério” da Fazenda de Paulo Guedes.

O economista de Bolsonaro poderá avançar em uma das promessas de campanha do presidente eleito, a criação da carteira de trabalho verde e amarela.

E o que seria a carteira de trabalho verde e amarela?

A atual Carteira de Trabalho e Previdência Social, de cor azul, garante diversos direitos ao trabalhador, como salário mínimo, hora extra, vale transporte, aviso prévio, seguro-desemprego, repouso semanal remunerado, salário-família, 13º salário, FGTS, licença-maternidade, licença-paternidade auxílio-doença, adicional noturno e insalubridade e aposentadoria.

Segundo Guedes, a Carteira de Trabalho Verde e Amarela garantiria apenas três direitos: férias remuneradas, 13º salário e FGTS.

Como Bolsonaro poderia aprovar essa nova Carteira?

Para mudar novamente as regras trabalhistas, Bolsonaro precisará aprovar um projeto de Lei com maioria simples nas duas Casas do Congresso. Ele precisaria do apoio de 257 deputados e 41 senadores para criar uma nova modalidade de carteira com menos direitos.

Link: https://www.cartacapital.com.br/posts_politica/qual-o-saldo-da-reforma-trabalhista-e-o-que-esperar-com-bolsonaro/

Em Foco V

Com soluções "fáceis" para a segurança, militares assumem 104 cargos eletivos

Desde a redemocratização, Brasil nunca elegeu tantos políticos ligados a carreira militar como no pleito de outubro

Por: Luciana Console
01/11/2018

Exatos 30 anos após a promulgação da Constituição de 1988, que marcou o processo de superação da ditadura, candidatos ligados à carreira militar voltam a ocupar cargos eletivos por todo o país. Dos 1.636 candidatos, no pleito de 2018, 104 foram eleitos. O índice de sucesso foi de 6% – 4,3 pontos percentuais a mais que nas eleições de 2014.

A representação máxima dessa tendência é a figura do próximo presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), capitão reformado do Exército, e seu vice, general Hamilton Mourão. A chapa ficou marcada por uma campanha eleitoral com discursos de ódio contra minorias e forte apelo ao autoritarismo.

Além da Presidência, o governo do estado de Rondônia elegeu o policial reformado Marcos Rocha. Em Santa Catarina, foi eleito o bombeiro militar Comandante Moisés. Já no Rio de Janeiro, quem venceu as eleições para o governo do estado foi o fuzileiro naval reformado, Wilson Witzel. No Senado, a figura de Major Olímpio ganhou por São Paulo.
Desde a época da ditadura, o Congresso não tem seus cargos ocupados por tantos militares em uma eleição: foram eleitos 79. Os dados são de um **levantamento da EBC**, que também aponta aumento de mais de dez vezes em relação à eleição de 2014.

Para compreender esse fenômeno, conversamos com o sociólogo especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Robson Sávio Reis de Souza. Ele analisa que as propostas punitivistas, repressivas e violentas, que foram as principais bandeiras dos candidatos militares, aparecem como resposta a certo anseio de "ordem" por parte da população.
"Nós somos uma cultura que naturaliza, aceita e *glamouriza* a violência como solução para combater a própria violência. Com mais repressão, mais encarceramento, com leis mais duras. Isso se refletiu muito claramente nessas últimas eleições. Foi justamente a bancada militar, e principalmente do grupo mais conservador, que teve o maior êxito".

A intervenção das Forças Armadas nas comunidades do Rio de Janeiro é um exemplo recente de protagonismo militar na Segurança Pública – e deu errado. Iniciada em fevereiro de 2018, com R$ 1,2 bilhão de orçamento federal do governo Michel Temer (MDB), a operação **aumentou a violência**nos morros, em vez de ajudar a combatê-la.

O resultado desastroso confirma a hipótese de Souza: utilizar a repressão como principal forma de tratar a violência é um equívoco. O especialista explica que pensar em Segurança Pública é pensar em políticas que combatam os crimes estipulados nos Códigos Penais, mas, principalmente, a violência estrutural da sociedade.

"No Estado brasileiro, nós temos uma lógica muito perversa, e isso é um pouco herança do modelo ditatorial, de trabalhar somente a questão ou de investir muito na repressão policial". "Por isso que nós, muitas vezes, não conseguimos avançar nas

questões daquela violência que se dá nas estatísticas criminais, porque a violência geradora dos crimes, que é essa violência da exclusão, do racismo, da xenofobia, do preconceito, do autoritarismo, misoginia, da LGBTfobia, não é combatida", analisa.
Souza critica a falta de reforma policial, da Justiça Criminal e do Sistema Prisional após o fim da ditadura militar, como causas do não enfrentamento da "origem das violências". Segundo Souza, estes três sistemas ainda operam em lógica seletiva de encarceramento e punição, e são a resposta "fácil" desejada pela classe média conservadora, que se sente protegida por este modelo de Segurança Pública.

"É uma Segurança Pública que protege o patrimônio dos ricos e dos poderosos, em detrimento de garantir uma segurança isonômica para toda a população", completa.

Para uma política de Segurança Pública de qualidade, Souza finaliza lembrando que é preciso investir nas políticas de prevenção à violência e criminalidade, com atividades policiais voltadas para a investigação e não somente o combate ao crime. Não é na experiência militar, segundo ele, que se encontrarão as soluções para resolver a violência no Brasil.
Nos cargos não-eletivos, os militares também assumem cada vez mais preponderância. Há um mês, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) nomeou o general da reserva Fernando de Azevedo e Silva como assessor, por sugestão do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. É a primeira vez que ocorre uma nomeação desta natureza dentro da Suprema Corte desde a ditadura.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2018/11/01/com-solucoes-faceis-para-a-seguranca-militares-assumem-104-cargos-eletivos/

Em Foco VI

Fenômeno da pós-verdade transforma os consensos já estabelecidos

Por: Tatiana Roque*
Fernanda Bruno**
18/11/2018

Turbinada por redes sociais, desconfiança dos modos de aferição da verdade que embasam o método científico abre espaço para que crenças e valores tomem o lugar da objetividade; autoras propõem novos meios para enfrentar esse fenômeno.

Protagonistas das eleições de outubro, os grupos de mensagens continuam fervilhando. Mesmo eleito, Jair Bolsonaro continua a usar redes sociais para se comunicar diretamente com o eleitor, dispensando intermediários. E o papel do WhatsApp merece destaque.

Ao investigar a bem-sucedida estratégia eleitoral de Bolsonaro, antes mesmo do segundo turno, algumas reportagens evidenciaram a centralidade da difusão de mensagens pelo aplicativo (como a publicada pela **Folha** em 18 de outubro, "Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp").

Uma chave para entender o funcionamento da estratégia no WhatsApp está nas relações de confiança que sustentam os grupos --relações que vêm sendo construídas ao menos desde 2014 e a partir de interesses que não se restringem à política.
Criou-se um ecossistema de confiança ao redor de Bolsonaro, seus filhos e sua equipe que tem desafiado a análise política tradicional.

Por outro lado, a indignação costuma ser má conselheira e, na pressa de distribuir responsabilidades, menospreza-se a opinião de uma massa significativa de eleitores. É fato que as fake news tiveram um papel importante na eleição, mas não necessariamente porque as pessoas acreditaram ingenuamente em notícias produzidas pelo aparato de campanha do candidato.

A confiança gerada pelas técnicas de comunicação de Bolsonaro cria um ambiente de credibilidade que favorece a circulação de mensagens com conteúdo que confirme crenças e valores prévios, sejam eles

verdadeiros ou falsos. Esse mesmo ecossistema continua a ser mobilizado para aquecer as pautas de futuro governo.

O uso em massa e tático do WhatsApp requer uma reflexão mais focada nas motivações de quem compartilha as mensagens, pois tem peculiaridades em relação ao que já vinha sendo feito em outras partes do mundo.
A estratégia de segmentação de mensagens para perfis específicos, usada pela campanha de Trump, era propaganda no Facebook, com o uso de ferramentas de impulsionamento direcionado. O pulo do gato era o envio de mensagens para grupos com maior propensão a absorvê-las e repassá-las. Como fazer isso no WhatsApp, rede de postagens privadas e criptografadas?

Foi bastante engenhosa --e certamente auxiliada por especialistas-- a tática da campanha de Bolsonaro para segmentar mensagens no aplicativo. Grupos de afinidade começaram a ser construídos há tempos, utilizando mecanismos elaborados para envio direcionado de conteúdo.
Nenhuma tática teria funcionado se Bolsonaro não contasse com um exército de militantes nas redes sociais. Nos grupos de WhatsApp, é especialmente importante que as mensagens sejam compartilhadas de modo voluntário por apoiadores reais do candidato. São milhões de pessoas que optam livremente por passar adiante as mensagens, contribuindo para enxamear a rede.

Essa estratégia aprimora um pressuposto da segmentação da propaganda: pessoas que repassam mensagens para seus grupos de afinidade possuem um papel estratégico, pois são fontes de confiança. A propagação de uma mensagem é mais efetiva quando feita por pessoas com as quais as outras se identificam, e não por agentes facilmente reconhecíveis como propagadores interessados.
Essa credibilidade vem se mostrando inabalável e atua para dispensar mediações --seja da imprensa, de políticos experientes ou de experts nos temas que mobilizam a opinião pública. Produzir desconfiança em relação à imprensa é inclusive um modo de aumentar a credibilidade da comunicação direta via redes sociais, pois a torna exclusiva.
Pesquisas na área da psicologia vêm sendo usadas por organismos de inteligência para tentar entender a eficiência do que designam como "propaganda russa". Tornou-se popular um documento da Rand Corporation apontando como central a técnica de "firehosing" (apontar para o receptor uma mangueira com grande intensidade de água, como a que é usada para apagar incêndios).

A metáfora da mangueira remete a um imenso volume de mensagens disparado por diferentes canais, em ritmo rápido, contínuo e repetitivo. Trata-se de uma técnica de disseminação usada para produzir credibilidade do conteúdo gerado.

Algumas características são essenciais, como a agilidade --chegar antes e criar a primeira impressão. Esse imediatismo se contrapõe ao trabalho da imprensa, que precisa checar e apurar os fatos que noticia.
Estudos clássicos de psicologia, como os de Stephan Lewandowsky (University of Western Australia), mostram que uma informação tida inicialmente como válida continua a influenciar o julgamento das pessoas mesmo se provada falsa.

Além de difundidas em grande volume, as mensagens da máquina de propaganda provêm de diferentes canais, o que também gera credibilidade. Quando submetidas a um grande volume de informação, as pessoas usam heurísticas variadas para determinar se uma informação é digna de crédito, e a multiplicidade das fontes é um fator decisivo.

Além das técnicas para gerar credibilidade, o ecossistema de circulação de mensagens incita um comportamento irreverente em relação ao poder de intermediários que detinham crédito na produção de enunciados válidos.
Imprensa, professores, intelectuais, especialistas e mesmo políticos profissionais costumavam ser aceitos como mediadores confiáveis. Entretanto, parece estar em curso uma destituição desses lugares, fenômeno que alguns chegam a identificar como o fim das mediações, numa fragilização do regime democrático para além do terreno estrito da política representativa.

Polêmicas recentes sobre a necessidade de vacinação ou sobre o aquecimento global deixam transparecer uma contestação profunda até mesmo dos modos de aferição da verdade que embasam o método científico.
Crenças e valores vêm ocupando o centro do debate, levando ao questionamento de afirmações tidas como óbvias pela ciência. Não se pode menosprezar o papel da religião em polêmicas sobre a teoria da evolução, a "terra plana" ou as vacinas.

Para além desses casos, porém, vemos indícios de uma crise dos modos estabelecidos de aferição da verdade. É uma crise que questiona competências e desafia as mediações estabelecidas para que uma afirmação possa ser reconhecida como válida.

O método legitimado pela ciência para enunciar verdades usa evidências selecionadas, às quais apenas os especialistas têm acesso. É como se dissessem: acreditem, pois temos os atributos para fazer verificações consistentes. Talvez estejamos presenciando um movimento de contestação desse acordo.
Naomi Oreskes, historiadora da ciência na Universidade Harvard, aponta uma crise do regime de evidências e das competências exigidas para se aferir a verdade, chegando a apontar o "fetichismo metodológico" de cientistas ao destituírem evidências não ortodoxas em suas pesquisas.
Por exemplo, psiquiatras demoraram demais para estabelecer a relação entre a pílula anticoncepcional e a depressão de mulheres, porque as evidências eram, em sua maioria, testemunhos. Para voltar a adquirir confiança pública, a argumentação científica precisaria incorporar outras formas de evidência, incluindo experiências e valores.

O impasse aparece nitidamente no debate sobre o papel do homem no aquecimento global. Apesar de consenso entre cientistas, o fenômeno é negado por comunidades barulhentas contra as quais, frequentemente, parece inútil argumentar.
Nesse meio, vem crescendo a percepção de que a melhor maneira de combater a adesão a afirmações falsas --do ponto de vista científico-- não é a verdade. Ou seja, o fenômeno da pós-verdade vem transformando consensos estabelecidos sobre a própria efetividade da argumentação científica e sobre a pertinência social de seus critérios.

Diante desse dilema, que choca nosso senso científico, já se admite que talvez precisemos atualizar nosso modo de lidar com as evidências, perguntando às pessoas como elas se sentem em relação a uma afirmação científica.

Oreskes é coautora, com Erik M. Conway, do livro "Merchants of Doubt" (mercadores da dúvida, 2010), que descortinou as táticas de cientistas renomados para, com apoio de empresários, lobistas e políticos, semear dúvidas e evitar medidas regulatórias que afetariam seus negócios.

Refletindo sobre as maneiras mais eficientes de contra-argumentar, a fim de aumentar a preocupação da sociedade com o aquecimento global, a conclusão é de que talvez seja melhor descartar verdades científicas.
Uma ideia alternativa é gerar consciência sobre o papel do homem nas mudanças climáticas promovendo valores que possam ser mais amplamente compartilhados. Trata-se uma versão adaptada da aposta de Pascal, que, em meio a debates acalorados e provas da existência de Deus, dizia: acreditar que Deus existe é mais seguro caso ele realmente exista (se ele não existir, não se perde nada; se ele existir, todos ganham).
Oreskes sugere uma estratégia análoga para a questão do clima. Se não protegermos a Terra do aquecimento global e isso realmente estiver ocorrendo por interferência do homem, as pessoas vão sofrer, e nosso mundo será irremediavelmente prejudicado.

Se isso não estiver ocorrendo, não perderemos nada, pois teremos de todo modo criado um mundo melhor, com mais cuidado com o planeta e com a natureza.
Trata-se de fazer uma aposta. A argumentação e a avaliação quanto à veracidade do aquecimento global passam a ser envolvidas, assim, por uma camada de valores.
A ascensão da direita em escala mundial, da qual o fenômeno Bolsonaro é parte, parece pouco analisada no terreno dos valores. No Brasil, a indignação antissistema, o antipetismo, a religiosidade ou o pertencimento de classe apareceram nas poucas pesquisas dedicadas à compreensão subjetiva dos fãs de Bolsonaro (como as de Esther Solano e Rosana Pinheiro-Machado).

A indiferença em relação à veracidade, ou a ausência de conflito em repassar um conteúdo possivelmente falso, são facilitadas pela certeza de que é preciso defender determinados valores. De acordo com nossa hipótese, as pessoas podem estar fazendo uma aposta ao repassar a mensagem: mesmo se a notícia for falsa, estarão ajudando a proteger o mundo das ameaças contra seus valores mais caros.

Salta aos olhos que três das cinco fake news mais disseminadas no WhatsApp no primeiro turno eleitoral tenham em comum o fato de se referirem a um campo de valores que é tabu na sociedade brasileira: a

sexualidade infantil. Evidências de que projetos para estimular crianças a virarem homo ou transexuais não faziam parte do programa de governo do candidato Fernando Haddad podem ter tido pouca importância.
Um governo de esquerda seria, de fato, mais permissivo e mais inclusivo com sexualidades fora do padrão. Se achamos isso bom, temos a tarefa de disputar valores nesse terreno. Mostrar a falsidade da notícia pode ser uma estratégia política pouco efetiva, além de excessivamente defensiva.

Na política, mais ainda que na ciência, o combate à desinformação e a disputa de posições não podem se contentar com a defesa de critérios de objetividade. Um novo regime de credibilidade e de evidências pode estar mobilizando um grande número de pessoas a adotar posições políticas estranhas aos modos tradicionais de argumentação na esfera pública (que é também um componente da democracia).
Para que haja uma contraposição à força da extrema direita, vai ser preciso construir uma alternativa convincente, que repactue os critérios tradicionais da produção de consensos e enfatize os valores que levariam mais pessoas a apostar nessa opção.

No embate contra a banalização da democracia, mais vale fortalecer crenças e valores mais favoráveis à vida coletiva do que contra-atacar com a lupa da objetividade.

***Tatiana Roque** é professora da UFRJ, pesquisadora em filosofia e história da ciência.

****Fernanda Bruno** é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura e coordena o MediaLab.UFRJ, núcleo de pesquisa sobre tecnopolíticas da universidade.

Link: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/fenomeno-da-pos-verdade-transforma-os-consensos-ja-estabelecidos.shtml

Agenda Acadêmica

7º Encontro Internacional de Política Social e 14º Encontro Nacional de Política Social:

Data: 03/06/2019 até 06/06/2019
Local: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Espírito Santo/ Brasil.
Link: http://enps.com.br/#

O 7º Encontro Internacional de Política Social e o 14º Encontro Nacional de Política Social será realizado entre os dias 03 e 06 de junho de 2019, na Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória/ES). O evento é promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).O tema central desta edição é "CONTRARREFORMAS OU REVOLUÇÃO: RESPOSTAS AO CAPITALISMO EM CRISE". Desde a década de 1970, temos sofrido os rebatimentos de sucessivas crises do capitalismo, as quais têm ganhado dramaticidade e amplitude, como se evidenciou na esteira da chamada "crise do subprime", que eclodiu em 2007/2008. Os desdobramentos dessa crise na última década têm conduzido os governos a implementarem políticas econômicas de cunho neoliberal caracterizadas como de “austeridade”. No Brasil, em particular, após a profunda crise iniciada em 2015, a tímida retomada em 2017 não conduziu à um crescimento mais sustentado em 2018. As expectativas de crescimento de 2,7% divulgadas no final do ano, para 2018, foram revistas em junho para apenas 1,6%. Essa perspectiva reduz ainda mais as próprias condições de arrecadação em todos os níveis da federação. Nesse cenário, com a instituição da Emenda Constitucional no. 95/2016, o país encontra-se frente a profundos cortes no financiamento das políticas sociais, atingindo o atendimento à saúde, à assistência social e a educação. São esses os desafios que o 7º Encontro Internacional e 14º Encontro Nacional de Política Social pretende discutir, avançando não só questões críticas, mas, propostas e alternativas ao retrocesso decorrente das políticas de austeridade.

3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina:

Data: 03/07/2019 até 05/07/2019
Local: Universidade de Brasília – UNB – Brasília/ Brasil.
Site: http://www.congressopovosindigenas.net/

O Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL) reúne pesquisadores indígenas e não indígenas de diversos países e áreas do conhecimento para o intercâmbio ideias. Assim, pretende ultrapassar limites disciplinares e fronteiras nacionais, além de promover diálogos interculturais e uma perspectiva comparativa sobre processos (históricos e contemporâneos) relativos aos povos indígenas na América Latina. Visa também a estimular o debate sobre questões ético-políticas envolvidas na produção de conhecimento sobre e/ou junto a povos indígenas, bem como visibilizar, fortalecer e refletir sobre a emergência de intelectuais indígenas no campo acadêmico.
A primeira edição do congresso foi realizada em 2013, em Oaxaca, no México. A segunda ocorreu em 2016, na cidade de Santa Rosa, na Argentina. O 3º CIPIAL será realizado nos dias 3 a 5 de julho de 2019, em Brasília – DF, Brasil, com o tema central “Trajetórias, narrativas e epistemologias plurais, desafios comuns”.

Lançamentos

Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. Vários autores. Companhia das Letras, 2019.

Sinopse:

Democracia em risco? A pergunta que dá título a esta coletânea de artigos procura reagir a uma constatação: as eleições de 2018 são um marco no curso da história de nosso atual regime democrático, iniciado com a promulgação da Constituição de 1988. Fato novo, um candidato de extrema-direita — de retórica virulenta e ideias conservadoras em matéria de costumes, mas vestindo novíssimo traje ultraliberal em assuntos econômicos — tornou-se contendor imbatível, deixando para trás velhas figuras e partidos que haviam dominado a cena desde a conformação da Nova República.

A vitória de Bolsonaro suscita muitas interrogações, tanto relativas aos processos que levaram a ela quanto às suas consequências, em vários âmbitos. Este é o desafio que se colocou aos pensadores aqui reunidos, notórios especialistas em áreas como ciência política, história, sociologia, antropologia, economia e direito. Trata-se de um livro de intervenção, que pretende ajudar na compreensão de período que, tudo indica, virá a ser crucial nos rumos que tomarão nosso país e nossa sociedade.

O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883). Marcello Musto. Boitempo, 2018.

Sinopse:

A partir do estudo de manuscritos que vieram a público recentemente e ainda não foram traduzidos do alemão nem publicados em livro, Musto demonstra que Marx passa a se interessar por antropologia, pelas sociedades não ocidentais e pela crítica ao colonialismo europeu. Por trás disso, não havia, como se tem dito, mera curiosidade intelectual, mas o propósito teórico-político de alargar e refinar a compreensão do capitalismo.

Além de desconstruir a imagem de um Marx eurocêntrico, economicista e exclusivamente absorvido pelo tema da luta de classes, esta biografia intelectual, com base nas de outros membros da família, oferece um retrato mais amplo e humano do autor em sua fase final. Permite ainda uma reavaliação inovadora de algumas de suas ideias-chave.

O Marxismo Ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer. Domenico Losurdo. Boi Tempo, 2018.Sinopse:

Nascido no coração do Ocidente, o marxismo se disseminou, com a Revolução de Outubro, por todos os cantos do mundo, desenvolvendo-se de maneiras diferentes e contrastantes, de acordo com o contexto histórico, social e econômico. À diferença do oriental, o marxismo ocidental perdeu o vínculo com a revolução anticolonialista mundial – ponto de virada decisivo do século XX – e acabou sofrendo um colapso.
Em seu novo livro, Domenico Losurdo conta a parábola do marxismo ocidental: seu nascimento, sua evolução e sua queda. Uma obra polêmica e combativa, que pode ser considerada uma espécie de acerto de contas com o percurso do marxismo ocidental, repassando toda a sua trajetória até suas figuras atuais, como Slavoj Žižek, David Harvey, Alain Badiou, Giorgio Agamben e Antonio Negri, sem deixar de visitar pensadores já clássicos como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, György Lukács, Herbert Marcuse, Louis Althusser, Ernst Bloch e Jean-Paul Sartre. Losurdo diagnostica a "morte" do marxismo ocidental, retraça sua gênese e coloca questões decisivas: seu renascimento seria possível nos dias atuais? Sob quais condições?

Expediente

Reitor
Prof. Ruy Garcia Marques
Vice-reitora
Profª Georgina Muniz
Sub-reitora de Graduação
Profª Tania Maria de Castro Carvalho Netto
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Egberto Gaspar de Moura
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Elaine Ferreira Torres
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Larissa Costa Murad
Coordenação de Produção
Dra. Larissa Costa Murad
(PNPD/PROEALC/CCS/UERJ)
Ms. Laís Morgado Marcoje
(PROATEC/PROEALC/UERJ)
Gabriel Santos de Andrade
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Anna Júlia de Oliveira Thadeus *(ISERJ/FAETEC)*
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.